Jornal Laboratório do
Curso de Comunicação Social,
habilitação Jornalismo.
UFSC - Janeiro de 1983
Distribuição Gratuita

Zero²

A ILHA EM PERIGO

Nas matas que ainda restam no interior da ilha de Santa Catarina, caçadores de fim de semana encarregam-se de acabar com os últimos espécimes de uma fauna que já foi rica numerosa.
E nos mangues, viveiros naturais de uma fauna igualmente variada, o desprezo pelo patrimônio natural faz aterros, joga lixo, contamina e destrói.
Leia nas páginas 3 e 8.

SANTA CATARINA SÓ VÊ O QUE CURITIBA QUER

Na página Central o debate sobre as situações criadas
pela invasão de pornochanchadas
e pelo controle, por uma empresa paranaense,
da programação dos cinemas catarinenses.

Feedback CARTAS NA MESA

TERCEIRA FORÇA

"O Partido dos Trabalhadores quer expressar aos estudantes do Curso de Jornalismo os votos de que continuem como hoje, quando estiverem trabalhando profissionalmente. **Zero** é um jornal crítico, corajoso, bom de ler e que teve ampla repercussão entre os companheiros de partido. O Partido dos Trabalhadores provou pelas pesquisas simples e corretas que vocês efetuaram (eleições simuladas), que é a terceira força eleitoral do Estado, apesar de sua curta existência. Deu para ver, pelo **Zero** que bom jornalismo não é difícil de se fazer. Precisa-se, apenas, ter essa intenção além de profissionais que tenham uma visão crítica da realidade somada à capacitação técnica. O Curso de Jornalismo está de parabéns" — **Daniel Silva** — Coordenador da Campanha Estadual do PT.

BOA QUALIDADE

"O pessoal que trabalha em enfermagem no Estado, através de sua Associação — a ABEn-SC — cumprimenta o Curso de Jornalismo da Universidade de Santa Catarina e em especial os alunos da 6.ª fase, pelo excelente jornal que fizeram. Há matérias variadas, de grande interesse, de boa qualidade. Agradecemos também a oportunidade de fazer com vocês o encarte "Jornal da ABEn-SC", que vem sendo elogiado por todos os trabalhadores de nossa categoria. A experiência valeu e, a partir dela, estamos tentando encontrar uma fórmula de prosseguir com o trabalho iniciado com **Zero n.º 1**". — **Jorge Lorenzetti** — Presidente da ABEn-SC, Florianópolis.

UM PASQUIM

". . . Eles estão fazendo este jornal. Lá. Os professores. Isso aí não passa de um pasquim. Se isso aí é diagramação de um jornal, se isso aí é uma coisa que seja aprendida na Universidade, sinceramente, eu nunca vi coisa tão porcamente feita e confeccionada. Isso aqui é um pasquim.

Um pasquim que só difama, só calunia, só ofende as nossas autoridades. E é feito na nossa Universidade. Ô Luiz, quer dizer aqui por favor o nome dos que são responsáveis por esse negócio aí que eles dizem que é o maior do Brasil? Que só tem ofensa às autoridades, desrespeito às autoridades, como é que pode? Professores ganhando do governo dizer o que dizem nesse pasquim aí é inacreditável. Quem são os responsáveis?" — **Manoel de Menezes** — No programa "Mesa Quadrada", da TV Cultura, sexta-feira. dia 29 de outubro de 1982.

CONSOLIDAR O ENSINO

"Recebi com satisfação o **Zero n.º 1**. Fiquei impressionado com o belíssimo resultado de seus trabalhos e de seus alunos. São experiências concretas como essas que podem consolidar de uma vez por todas o ensino da Comunicação no Brasil. Achei o conteúdo editorial muito interessante e tenho certeza de que vocês manterão o mesmo nível nos **Zeros** subseqüentes. Meus sinceros parabéns." — **Murilo César Ramos** — PhD em Jornalismo pela Missouri University. Responsável pelo Jornal Laboratório do Curso de Comunicação da UnB.

ASSESSORAR A BASE

"Gostei do nome: Zero. Também é do Zero que se começa. Gostei das denúncias. Isso é jornalismo. Gostei do encarte, dedicado à Associação Brasileira de Enfermagem. Uma das missões do jornalista, no meu entender, é assessorar, com seu conhecimento técnico, grupos de base, categorias profissionais, associações de bairros. A população, enfim. Gostei dos textos. Gostei da coragem. Só com coragem se começa. Meus parabéns a alunos e professores do Curso de Jornalismo." — **Francisco Veríssimo** — Membro da Comissão de Articulação dos Movimentos Populares de Santa Catarina.

CAROS AMIGOS

"Acabo de receber o número Um do **Zero** e quero congratular-me com a iniciativa. Sinto que ela traz algo de novo, tem força, no estrito sentido jornalístico, embora falte-lhe ainda muitas das condições necessárias. Como ex-aluno da Escola de Comunicações e Artes da USP, posso dizer-lhes o quanto é dificultosa a experiência de produzir um jornal dentro de um curso de jornalismo. Muitas vezes faltam apoio, verbas, material e uma boa gráfica. Na realidade, até agora, nenhuma escola de comunicações do País conseguiu manter uma publicação feita pelos alunos com assessoria dos professores. Coloco-me à disposição neste empreendimento. Podem contar comigo". **Hélio Belik.**
Folha de São Paulo

DIFERENTE

"Percebemos, ao ler **"Zero"**, que apesar de ser o 1.º número, ele traz um conteúdo de nível elevado em suas matérias, com bom enfoque jornalístico, bem diferente do que estamos acostumados a ler nos grandes jornais da grande imprensa burguesa. A necessidade de se fazer trabalhos como este ajudam em muito a construir a Universidade que lutamos no nosso dia a dia". **Geraldo Swiech** — Presidente em exercício do DCE da UFSC.

LENDO DEVAGAR

"Maravilha. Texto de primeira, matérias ousadas, pique, tudo isso está em **Zero**. Mergulhado no burburinho de uma redação paulista, passei os olhos pelo jornal. Achei que está um bocado pálido. Mais pálidos devem estar, no entanto, muitos figurões porque **Zero** é um jornal da pesada. E deveriam é se orgulhar dos estudantes que são capazes de dizer o que muita gente crescida esconde. Disso me dei conta em casa, tranquilo (São Paulo pode ser tranquila), lendo devagar, com Milton Nascimento ocupando seu sagrado espaço, o tinto de Rioja descendo áspero e os corintianos, na rua, comemorando mais uma justa vitória do timão. É isso aí: dedo na ferida". **Valdir Zwetsch** Revista Playboy, São Paulo, ex-diretor do jornal Bom dia. Domingo em Florianópolis.

ZERO: **Caixa Postal 476 - UFSC**
Curso de Comunicação Social
88000 - Florianópolis, SC

COLEGA BRIGADOR

"Confesso que ao ver o Zero pela primeira vez minha reação foi de decepção. Achei o jornal muito feio. Depois me dei conta de que, na verdade, as modernas técnicas de impressão de um jornal ajudam também a "deformar" o nosso olhar, quando vimos um que foi impresso "a quente". Daí passei adiante e me detive na leitura do jornal. E foi então que comecei a me entusiasmar. Estava ali um jornal — com falhas, o que é muito compreensível — feito com garra e ensutiasmo.

"Mas o que certamente deve ser ressaltado no jornal laboratório do Curso de Jornalismo é que a primeira e fundamental lição foi apreendida: o compromisso com a verdade. E se os fatos ali transcritos não agradaram a algumas pessoas, paciência, não se pode brigar com os fatos. E são estes fatos que devem ser relatados a quem devemos o maior respeito, o leitor — é para ele que escrevemos e não para agradar aos poderosos.

"E tenho certeza que meus futuros colegas de profissão entrarão na luta do dia-a-dia trazendo consigo as importações lições que aprenderam no curso. Não vejo a hora de ter ao lado um colega brigador e consciente de sua responsabilidade como jornalista, pois é disso que estamos precisando. Um grande abraço". — **Elaine Borges** — jornalista, correspondente de O Estado de São Paulo.

FAZENDO FALTA

"A Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina — APUFSC — cumprimenta o Curso de Jornalismo pelo lançamento de seu jornal laboratório, o **Zero**. Entendemos que pelo conteúdo do jornal, **Zero** cumpre parte da tarefa da universidade, em sua área, porque é essencialmente voltado à comunidade. Tem visão crítica, questiona, informa e é criativo. Apesar de sua circulação restrita — três mil exemplares — teve significativa repercussão. Esperamos ver o segundo Zero em breve, mesmo porque um jornal assim está fazendo falta no Campus" — **Marli Auras** - Diretoria Cultural e Científica da Apufsc.

EDITORIAL

NAVEGAR É PRECISO

A publicação do **Zero** *1 gerou uma série de reações algumas das quais vale a pena comentar brevemente. A primeira delas: aguardado com ansiedade, dele se esperava que viesse preencher lacunas, ser, afinal, "o alternativo de Florianópolis". Um pouco frustradas com a aparência gráfica, as pessoas que assim pensavam consolaram-se com o conteúdo um pouco mais crítico desta ou daquela matéria. A segunda: aguardado com ansiedade, dele se esperava que fosse um produto lamentável, cheio de erros crassos, sepultando definitivamente a pretensão da UFSC em manter um Curso de Comunicação. Um pouco frustrad as com a boa qualidade da redação, as pessoas que assim pensavam consolaram-se com a aparência gráfica. A terceira: aguardado com ansiedade, dele se esperava que fosse um jornal laboratório com um certo peso, com matérias longas de pesquisa, que viesse preencher lacunas na própria UFSC. Um pouco frustradas com a aparência gráfica — com o sabor das matérias (cuja leitura depois de iniciada não se sentia necessidade de interromper), as pessoas que assim pensavam consolaram-se com o fato de que dificilmente sairia um segundo número.*

Assim, cabe-me fazer alguns esclarecimentos que não visarão, naturalmente, contentar a todos, mas pelo menos organizar um pouco as expectativas. Em primeiro lugar, a aparência gráfica: assim como em televisão a Rede Globo está impondo um "padrão de qualidade", as facilidades do "off-set" nos impuseram um padrão do qual precisávamos — pelo bem da ciência — fugir. **Zero** *é um jornal* **laboratório**, *lembram-se? A experiência de viabilizar um jornal limpo, fácil de ler, numa gráfica com menos recursos do que o jornal A Gazeta, no interior do Estado, não pode ser desprezada. Assim como também não desprezamos a experiência de viabilizar um jornal limpo, fácil de ler, numa gráfica com os recursos do jornal O Estado.*

Em segundo lugar, a ansiedade: **Zero** *não veio preencher nenhuma lacuna, de nenhum tipo. Nem ambiciona ser um jornal com grande circulação e tiragem. A opção por uma abordagem crítica é uma opção pedagógica. Não há jornalismo acrítico.*

E em terceiro lugar, o consolo: apesar das dificuldades econômicas por que passa o país, a UFSC está viabilizando o cumprimento deste requisito curricular. E embora sabendo do interesse enorme que o Curso desperta em tantas pessoas (é, talvez, o Curso mais observado, interna e externamente, da UFSC. Desde a sua criação, há quatro anos, que todos os eventos têm sido comentados com vivo interesse nas rodas mais variadas. Ora com apreciações depreciativas, ora com apreciações equivocadas, mas sempre com interesse) esperamos que as pressões voltem logo a um nível suportável. Afinal o **Zero** *é só um exercício. O "alternativo de Florianópolis", o "jornal que estava faltando" e coisas semelhantes são tarefas para os bacharéis que começaremos a titular este ano. — César Valente, Coordenador do Curso de Comunicação Social da UFSC.*

Zero

Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social — Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Janeiro de 1983. Tiragem: 2 mil exemplares. Circulação: Campus da UFSC. Cartum de Sandro, aluno da 2.ª fase. Distribuição gratuita.

REDAÇÃO: Aderbal João da Rosa Filho, Aline Silvana Bertoli, Álvaro Lobato Martins, Artur Emílio Prellvitz, Beatriz Wagner, Carlos Alberto de Souza, Celita Maria Forte Campos, **Celso Vicenzi, Eliana Arndt, Gilberto Colzani Filho, Isabela Maria Barbosa da Silva, Ivan Luiz Giacomelli, Jane Maisa Didoné, Janete Jane Cardozo, José Antônio de Souza,** Luciene Rebelo Cruz, Marcos Vinícius Spuldaro, Maria Aparecida Martins Borges, Maria Fernanda Farinha Martins, Maria José Baldessar, Patrícia da Silva Grillo, Renato Barreto, Romeu Scirea Filho, Sandra Mara Cidade Gentil, Sérgio Murillo de Andrade, Suzete Terezinha Sandin, Tani Jacobsen Prellvitz, Teresa Rodrigues Hickel, Thalis Telemberg, Valdir Cachoeira, Viviane Goulart e Viviani Scirea (Repórteres, redatores, diagramadores e paginadores, alunos das disciplinas Jornalismo Gráfico e Edição e Ilustração, 6.ª fase. Os nomes em negrito compõem o Conselho Editorial).

Professores responsáveis: Ayrton Kanitz, Daniel Herz, Eduardo Meditsch e Luiz Lanzetta (edição); César Valente e José Gatti (secretaria gráfica).

Composto e impresso na Empresa Editora O ESTADO. Rodovia SC-401, Saco Grande, Florianópolis, SC.

DENÚNCIA

A ILHA MATA SEUS ANIMAIS

SURGE um movimento dentro da tenda: Roberto Freitas se levanta, abre o fecho da barraca e senta-se. Calça a bota e pega a espingarda para dar uma volta na floresta. Não o acompanhei, estava com sono. Mas logo fui acordado por um tiro e um grito de um animal, que, suponho, deve ter caído no chão gemendo. Corri e vi um mico sangrando. Ele tentava subir novamente os galhos das árvores. Não demorou muito para o segundo disparo. O bicho morreu. Um macaco a menos na Ilha.

Antes do processo de colonização, nossa terra era uma imensa reserva natural de quatis, tamanduás, pacas, jacarés, lontras, tartarugas e macacos; garças, colhereiros, marrecas do mangue e socós. O estabelecimento do Município Desterro em 23 de março de 1726 e a criação da Capitania em 1738 contribuiram para o povoamento de nossa terra. O crescimento da cidade e a ocupação do interior até os dias atuais causaram a derrubada de florestas e a morte de bichos selvagens.

Os animais que restam só encontram segurança nos mangues, campos e montanhas, mais afastados da zona urbana. No norte, Vargem Pequena, Vargem Grande, Ratones, Daniela e Mangues de Jurerê. No Sul, Ribeirão, Sertão do Pântano e Barra do Sul. E no Leste, Lagoinha e Armação.

"Desapareceram as araras, papagaios, tucanos e outros pássaros de nossas matas", afirma Lenir Alda Rosário, bióloga da FATMA (Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio-Ambiente), especialista em aves. Segundo ela, não há dados exatos de quais os animais em extinção ou que desapareceram, pois nunca foi feita pesquisa deste tipo. Ela acha difícil controlar a ação dos caçadores, já que os órgãos de preservação da fauna da Ilha não dispõem de recursos humanos e financeiros.

A CAÇA COMO ESPORTE

"A UFSC não se preocupa com a defesa do meio-ambiente de Florianópolis", declara Clarice Pantiz, ecóloga da universidade. "Os professores são obrigados a cumprir extensa carga horária, isso os impossibilita de pesquisar a natureza da Ilha" diz. Clarice explica que há professores especialistas em aves, moluscos e peixes, mas nenhum se preocupa com a preservação dos grandes animais. A professora conclui: "Falta educação ao povo, por isso é que não há condições de conviver em harmonia e interação com a natureza."

O desejo de matar é forte. Este hábito assassino levou o jacaré, a lontra e a capivara à extinção; e outros seres a se tornarem raros. São poucos os bichos que resistem à atividade predatória do ser humano.

O processo de destruição de nossa

vida selvagem é originado por homens como João Bernardes, de 50 anos, morador da Trindade, que desde jovem tem a caça como esporte predileto. Ele comenta que já matou vários tatus, gambás, quatis e tamanduás. "Me sinto satisfeito quando vou à floresta e trago alguma presa", diz ele.

João esteve, há poucos dias, no Morro da Lagoa: "Levei uma espingarda calibre 32, um facão e lanterna, além de dois cachorros — Rex e Macaco. Entramos no mato por volta das 10 horas da noite. Às 11 horas, os cães conseguiram entocar num buraco obstruído com pedras e raízes um tatu. Cavei com o facão e consegui pegar o bicho de três quilos", enfatiza João Bernardes.

"Cr$ 15 MIL POR FILHOTE"

A família Rodrigues, da Vargem Pequena, composta de nove pessoas, das quais cinco são homens, também tem ajudado com a matança. "Adoramos matar pássaros na comporta de Jurerê. Semana passada saímos de casa, eu e meu filho, Fernando, com uma espingarda de fogo e uma de pressão. Foi o dia de nossa sorte", conta Ideofôncio Rodrigues, pai de Fernando. Conseguimos abater quatorze marrecas, um socó e um colhereiro.

Ratones, localizado no Norte da Ilha, a vinte quilômetros do centro da cidade, é o último refúgio dos macacos. Mas é também o lugar preferido por muitos caçadores, já que este mamífero tem bom valor comercial. Há grupos de caçadores que vendem o filhote deste animal por quinze mil cruzeiros.

Um caçador, que não deu o nome, comenta o processo de captura do mico: "Levamos barraca, armas, cobertas e alimentos. Ficamos dias no mato e quando encontramos um bando, matamos as fêmeas com cria. Assim, aprisionamos o filhote".

É proibido caçar na Ilha, porém isso vem sendo praticado indiscriminadamente. Sem um fiscalização maior por parte dos órgãos competentes, não será possível acabar com as atividades devastadoras de homens como João Bernardes, Roberto Freitas, Ideofôncio e muitos outros que continuam a assassinar o meio-ambiente. **(Texto e foto Carlos Alberto de Souza).**

CONSUMO

CUIDADO! OS ADITIVOS NAO PERDOAM

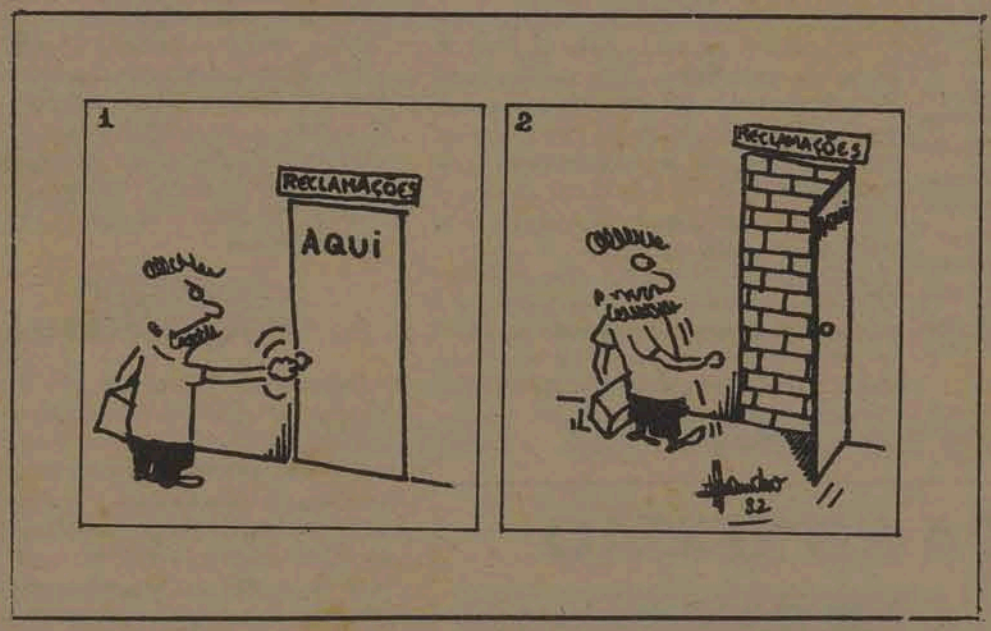
Latas amassadas são cenas muito comuns nos supermercados. Uma lata amassada pode estar contaminada se tiver defeito de vedação. Esta, logo depois de esterilizada, pode aspirar água contaminada no processo de resfriamento. A ingestão deste produto poderá causar intoxicação alimentar.

Atualmente as coloridas estantes dos mais modernos supermercados do mundo acomodam mais de 8 mil tipos diferentres de produtos alimentícios. Os especialistas no assunto prevêm para os próximos anos cerca de 12 mil produtos diferentes lançados no mercado.

Segundo o professor Egon Nort, do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFSC, o fator mais importante é o crescente uso de aditivos químicos que incluem aromas, preservadores, emulsificantes, adoçantes artificiais, vitaminas, corantes, anti-espumantes, anti-oxidantes e muitos outros.

Os refrigerantes também não escapam dos aditivos e alguns deles, à base da cola, possuem ácido fosfórico que, além de descalcificante,deixam o paladar com sensação de sede.

O que se pode observar ainda nos produtos expostos nos supermercados é uma técnica de **marketing**, que consiste em dar destaque no rótulo às qualidades do produto e



esconder os aditivos.

Em 1972, o bioquímico José Ferreira Fernandes, do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo, baseado em pesquisas no campo de nutrição, afirmou que a ingestão sistemática de alimentos industrializados podia concorrer para o aparecimento de distúrbios metabólicos graves, como anteriosclerose ou a predisposição para o câncer. Entre estes produtos sintéticos estariam os corantes.

Edson Macari, Chefe do Serviço de Fiscalização de Alimentos diz que o Departamento de Fiscalização enfrenta vários problemas, como por exemplo a falta de verbas, pessoal, veículos, assim como outras áreas de administração pública. Falou ainda que o Brasil é um País em desenvolvimento e com carências em diversos setores. Um país que atravessa dificuldades econômicas e problemas sociais e consequentemente possui muitas irregularidades que poderão ser eliminadas a longo prazo. **(Cida Borges).**

A COMISSÃO DE DEFESA NÃO DEFENDE

O consumidor catarinense continua indefeso. No início do ano passado, o deputado estadual Fracisco Küster (PMDB), propôs na Assembléia Legislativa a criação de uma Comissão Técnica para a Defesa do Consumidor. Ao justificar sua proposição, o autor do projeto comentou que a legislação em defesa do consumidor é incompleta, sem regulamentação precisa, o que impede o seu cumprimento. Também é desestruturado e incompleto o esquema de fiscalização, controle e sanções para o cumprimento das normas, padrões e exigências legais, ou seja, inexistem formas e meios adequados para o encaminhamento, discussão e definição de políticas quanto à defesa do consumidor.

A aprovação do projeto se deu em junho de 81 e a presidência coube a o deputado estadual Gilson dos Santos, do PDS, já que o Partido possui maioria na casa. Ao deputado Küster restou a participação como membro integrante, embora sem nenhum poder de decisão.

A Comissão encontra-se atualmente desativada e não apresenta nenhuma ação dirigida em benefício do consumidor. No gabinete do deputado Küster a explicação encontrada para isto é o fato do presidente ser representante do governo, o que impediria a tomada de medidas eficientes favoráveis à população. "O governo — argumenta — mantém um vínculo de grande simpatia e favorecimentos com o empresariado, o que dificulta um posicionamento contrário a esses interesses, que certamente viria ferir esse tão rentável compromisso". **(C.B.).**

URGENTE

Sindicato & Mercado

Nesta página uma proposta: unir os esforços. Lutar juntos.

RENOVAÇÃO & RETRAÇÃO

A imprensa catarinense viveu nos últimos de anos um processo de transformação radical, principalmente no que se refere ao processo industrial. Fechou as velhas oficinas e clicherias e passou a operar novos sistemas de composição a frio e impressão "off-set". Essa transformação exigiu uma ampla renovação do material humano e radicais mudanças nos parques gráficos das oficinas jornalísticas.

O "off-set", usado pela primeira vez em 1972 pelo Jornal de Santa Catarina, modernizou a imprensa catarinense, exigiu a contratação de profissionais qualificados tanto na área gráfica como editorial e profissionais de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, trouxeram novas técnicas jornalísticas, renovando consideravelmente o jornalismo no estado.

MERCADO FECHADO

O mercado de trabalho, no entanto, continua tão difícil como nas décadas de 30 e 40. Os jornalistas, hoje, enfrentam os mesmos problemas enfrentados, por exemplo, pela geração de Adão Miranda, fundador e presidente por duas vezes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, que já naquela época trabalhava "por amor à arte". O mercado de trabalho continua escasso, com baixos salários e poucas chances.

Alguns profissionais afirmam que isso ocorre porque a atual estrutura empresarial continuaria visando apenas o lucro, sem investir no recurso humano. Um exemplo concreto foi a desestruturação que sofreu o rádio-jornalismo a partir da década de 60. Hoje os empresários das emissoras de rádio não se preocupam em contratar profissionais habilitados para fazer um trabalho jornalístico mais atuante e qualificado.

Nas emissoras de televisão, o pouco tempo ocupado pelos jornais locais não requer um grande número de profissionais. A média de jornalistas que atuam no telejornalismo em Florianópolis poderia ser bem mais alta se as emissoras abrissem mais espaço. Marcílio Krieger, responsável pelo telejornalismo da TV Barriga Verde, cita a resoluçaõ 308.309/81 do Ministério do Trabalho, de 26 de janeiro de 1982, como grande responsável pela falta de mercado de trabalho para os jornalistas formados. Segundo ele, esta resolução enquadra na função de "produtor executivo" o empregado que nas empresas de rádiodifusão redigir programa noticioso e que, em conseqüência, é integrante da categoria profissional dos trabalhadores em empresas de radiodifusão. Marcílio acusa a universidade brasileira de "atrasada e dependente" e acha que os cursos de Comunicação Social deveriam ser denunciados como "fábricas de desempregados".

Santa Catarina conta com três jornais de médio porte: **O Estado, A Notícia** e o **Jornal de Santa Catarina**; com seis canais de televisão: **TV Catarinense, TV Cultura, TV Eldorado, TV Barriga Verde, TV Cultura (Chapecó)** e **TV Planalto (Lages)** com 78 emissoras de rádio espalhadas pelo Estado.

"NEÓFITOS E IDEALISTAS"

A maior parte dos jornalistas que atuam nessas empresas de comunicação não provêm de cursos da área; formam-se nas próprias redações. "Podemos contar nos dedos os jornalistas formados na categoria de chefe de reportagem", diz Cleide Winckler (formada em Jornalismo no Paraná), chefe de reportagem da sucursal do Jornal de Santa Catarina em Florianópolis. Segundo ela o mercado de trabalho do jornalista está completamente saturado em Florianópolis e tende a se agravar com os profissionais que a universidade lançará a partir deste ano no mercado. Cleide não vê perspectivas de expansão para o mercado de trabalho e conclui: "acho ilusão que a formação de profissionais venha a criar mercado".

Laudelino José Sardá, editor chefe do jornal O Estado, não concorda com Cleide Winckler: "não podemos conceber o jornalista como profissional somente das grandes empresas, os profissionais formados pela UFSC tenderão a abrir novas fontes de atividades." Segundo Sardá, haverá espaço para os jornalistas porque Florianópolis não possui semanários de boa qualidade e os jornais de bairros praticamente inexistem.

Sérgio Lino jornalista provisionado, é categórico quando afirma: "não existe campo de trabalho para as fornalhas de neófitos e idealistas que a nossa UFSC desovará daqui para frente. O curso de jornalismo da UFSC servirá apenas para atender a vaidade de alguns deslumbrados com a carreira jornalística de algumas das nossas maiores estrelas nos vídeos subvencionados. Certo que o referido curso tem moças e rapazes bem intencionados. Mas já disse Dante que o inferno está cheio deles: quando a barriga aperta, um jornalista recém-formado fica indeciso na escolha entre trabalhar de garção ou garoto incrustado em órgãos públicos". Sérgio Lino, apesar de suas afirmações, acredita que a opção para o mercado de trabalho ainda é o interior do estado onde é preciso realizar "um jornalismo moderno, agressivo, sério e de impacto visual e redacional". **(Jane Maísa Didoné).**

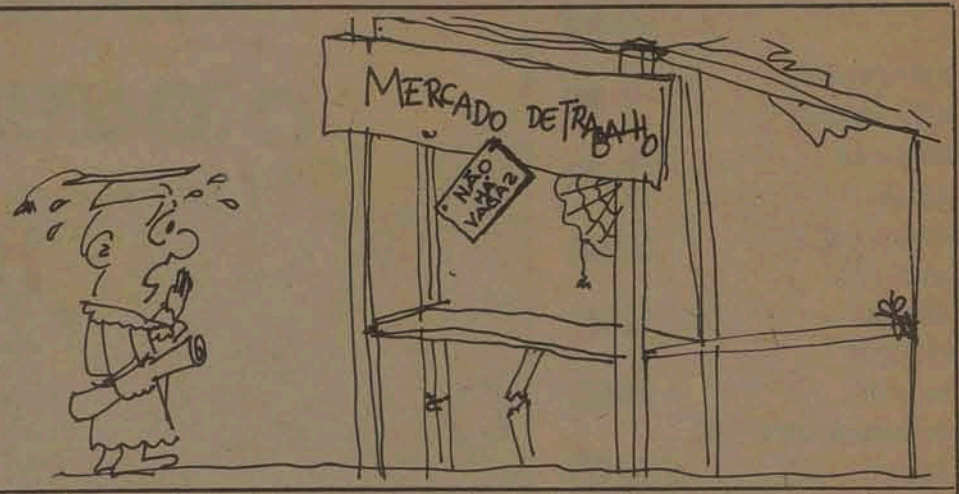
LEGISLAÇÃO & OMISSÃO

As empresas de comunicação e as assessorias de imprensa em Santa Catarina têm grande número de "provisionados", ou seja, profissionais sem o curso de Comunicação e que não se registraram até noventa dias depois de aprovado o Decreto 972, de 1969, a primeira tentativa de regulamentação profissional do Jornalismo.

Em dezembro deste ano, o curso de Comunicação Social — habilitação Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, forma sua primeira turma, lançando no mercado cerca de 20 novos profissionais.

O Decreto n.º 83.284, de 13 de março de 1979, assegura mercado de trabalho para esses recém-formados, através de seu artigo 16. Diz ele: "A admissão de provisionados (...) será permitida nos municípios onde não exista curso de Jornalismo reconhecido na forma da lei e comprovadamente não haja jornalista domiciliado, associado do Sindicato representativo da categoria profissional, disponível para contratação."

Resumindo: enquanto houver um jornalista profissional desempregado na área de jurisdição do Sindicato, a contratação de provisionados é ilegal.



O PAPEL DO SINDICATO

A partir de 83, quando a primeira turma de jornalistas formados pela UFSC entrar no mercado, o Ministério do Trabalho deixará de registrar provisionados. Em outras palavras, até lá esse registro continuará ocorrendo, mesmo com a existência de um curso de Comunicação no Estado.

Os recém-formados que já estiverem trabalhando, uma vez registrados no Ministério do Trabalho, poderão se sindicalizar imediatamente.

Com isso, o jornalista pode exigir o cumprimento do artigo 18 da "Nova Regulamentação Profissional do Jornalismo", que diz em seu parágrafo único: "Aos Sindicatos representativos da categoria profissional incumbe representar às autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão de jornalista."

Por aí se vê a importância de um sindicato atuante, organizado unicamente em função dos interesses de seus associados.

Infelizmente, o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina não cumpre seu papel há muito tempo. Seu atual presidente (José Valério Medeiros) declarou recentemente, referindo-se à entrada dos novos jornalistas em 83: "...quanto à fiscalização, o Sindicato dentro da lei vai cumprir o que for necessário, mas não vai poder desempregar quem já está trabalhando."

É claro que ninguém pretende tal coisa. O que se pretende é saber por exemplo, como a lei será cumprida, já que não há qualquer esquema efetivo de fiscalização dentro do Sindicato. Pior que isso, não há sequer preocupações nesse sentido.

O mesmo acontece no Ministério do Trabalho. Segundo a Chefe da Seção de Identificação e Registro Profissional da Delegacia Regional do Trabalho, Amélia Carolina Ferreira, não existem processos de fiscalização para Santa Catarina tramitando no Ministério. "Por enquanto, disse ela, estamos aguardando novas instruções de Brasília."

"LUTAR LÁ DENTRO"

Aguardar. Eis aí uma coisa que os alunos da 8.ª fase de Jornalismo não pretendem fazer. Perguntamos a alguns deles o que esperam do Sindicato em termos de fiscalização e apoio a partir desse ano. Vejam as respostas:

— **Beatriz Porto:** "Vamos nos sindicalizar para lutar lá dentro. Esperar alguma coisa do Sindicato não podemos, porque até hoje eles não encamparam nenhuma luta com a gente. O Sindicato está muito distante do Curso de Jornalismo. Ele não fiscaliza. Nós sabemos que muita gente lá de dentro acumula empregos, o que é proibido por lei. O Sindicato é desorganizado e desmobilizado, o que caracteriza a atuação de um sindicato "pelego"".

— **Itamar Aguiar:** "A gente não tem nenhuma informação sobre como vai ficar nossa situação. O que precisamos é saber mais do Sindicato, da legislação e dos estatutos. Nosso curso tem que começar a adotar uma política que nos permita melhorar o movimento sindical em Santa Catarina. Aqui precisamos estar registrados e trabalhando para nos sindicalizarmos. Parece que nos sindicatos de Porto Alegre e São Paulo a sindicalização é automática. Basta ter o diploma". Referindo-se especificamente à atuação do Sindicato, diz Itamar: "Nosso Sindicato não luta pela classe. Quando seu atual presidente, José Valério, assumiu, disse que no Sindicato não se poderia falar mal do Governo. Se o presidente faz esse discurso, fica difícil mudar. Fiscalização? Com toda essa estrutura não espero muito. Não há comprometimento do Sindicato com a categoria. A Delegacia Regional do Trabalho não quer comprar briga com as empresas e com o Sindicato. Isso reforça cada vez mais o posicionamento do empresário, "que prefere provisionados ou até mesmo gente sem qualquer registro, porque pode pagar menos" Itamar termina desanimado: "Prá nós é muito desgastante". **(Janete Jane Cardozo).**

UNIDADE & ORGANIZAÇÃO

Os jornalistas profissionais de Santa Catarina têm se mostrado descontentes com a situação em que se encontram, no que diz respeito a salários, condições e jornada de trabalho. Apesar de discutirem esses assuntos anualmente em congressos, conferências e seminários, nada concluiram nesse sentido. O Sindicato dos Jornalistas, que deveria tomar a iniciativa de encabeçar um movimento para que se resolvessem estes problemas, nenhuma providência tomou, no sentido de organizar a classe para enfrentá-los. Por isso, profissionais de comunicação de al-

...E ASSIM!...
A PORNOCHANCHADA INVADE OS CINEMAS

ZERO ofereceu dez ingressos grátis para um filme considerado "de arte" na fila de uma pornochanchada.
Muitos não aceitaram o ingresso. Ninguém compareceu na primeira tentativa.
Na segunda, dois jovens aceitaram participar da reportagem que pretendia responder à seguinte pergunta:
A população não quer filmes "Classe A"?

COMO se justifica o fenômeno do "boom" pornográfico e o conseqüente esvaziamento das salas de exibições de filmes artísticos? Haveria desinteresse do público pelo tema? Estaria ele condicionado a cenas de sexo e violência? Teria dificuldades em ler as legendas?

Zero foi a duas pornochanchadas e observou principalmente o comportamento do público, na maioria casais e homens de meia idade, que de maneira extrovertida (vaiando, rindo e cochichando), reagiam às imagens totalmente desprovidas de senso estético.

Havia muito interesse pelo sexo explícito e certo entusiasmo pelas cenas de violência sexual, assim como pelo homossexualismo feminino; já o masculino era recebido com risos irônicos e vaias por toda a parte.

Os filmes observados foram **"Muitas taras e ... um pesadelo"** e **"A ilha dos prazeres"** exibidos na primeira quinzena de setembro, em sessões parcialmente vazias.

NINGUÉM FOI VER BERTOLUCCI

Foram colocados à disposição desse mesmo público ingressos grátis do filme **A Estratégia da Aranha** (1969) de Bernardo Bertolucci exibido durante a mesma semana no Teatro Adolpho Mello em São José, com a intenção de captar seus depoimentos a respeito de um filme fora do eixo comercial e que recebeu premiação em Cannes. Ninguém compareceu.

Considerando que o dia estipulado (4.ª feira) era inoportuno e que a distância, causa principal do desinteresse alegado por todos os entrevistados, era inconveniente, resolvemos fazer mais uma investida, ou seja, convidá-los na fila do cinema, colocando um veículo à disposição.

Mesmo assim, muitas foram as dificuldades e a cada novo convite presenciava-se um ar de desagrado, repetido chavões para despistar: "fica muito longe", "já tá muito tarde", "não sou daqui"...

Dois jovens — Antônio Deoclécio Carvalho, 22 anos, estudante secundarista e Roberto, 15 anos, também estudante — depois de assistir ao filme **"Viridiana"** (1961) do espanhol Luis Buñuel, deram suas opiniões, entre muitas perguntas. Todos os dois gostaram de **Viridiana** — apesar de terem achado meio monótono.

CANSADO DE PORNOGRAFIA

Um dos entrevistados teceu suas críticas comparando o nível de relacionamento entre as diferentes classes sociais, suas "maneiras" e suas culturas, e pareceu ter captado a essência do tema abordado; já Roberto alegou: "gosto mais de filmes que tenham praia, windsurf e música de discoteque, igual ao **O Menino do Rio**", e se perdeu em algumas respostas deixando perceber que não entendeu a obra de Luis Buñuel.

Outros pontos criticados foram: as legendas rápidas — "tem que se fazer exercícios para poder ler"; o preto e branco — "monótono"; a distância do cinema — "pra quem tem carro é ótimo, mas pra quem tem que pegar ônibus..."; falta divulgação — "parece que estão escondendo".

Obviamente duas pessoas não são suficientes para analisar um público de pornochanchada. No entanto, a resposta de Antônio — um dos entrevistados — foi especialmente curiosa. Ao ser indagado sobre os filmes chamados culturais, surpreendeu respondendo: "Estou cansado de tanta pornografia. Isso já é um abuso. Deviam passar filmes melhores, iguais a este que acabamos de assistir". (**Texto de Thalis Telemberg**)

O SINAL DA REPRESSÃO

Foto de Thalis Telemberg

Louise Lhullier (foto) e professora de psicologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Segundo ela, a motivação que leva as pessoas a consumir pornochanchada está associada à repressão sexual que se reforça ao longo do desenvolvimento psíquico do indivíduo e se reproduz pelos meios de comunicação de massa.

Diz Louise que a maioria do público se encontra desinformado a respeito da sexualidade, e esta seria a principal razão para apreciar os filmes pornográficos, "só que todo conteúdo é deturpado, preconceituando valores e reproduzindo clichês comerciais: o marido traído, a mulher infiel, o homossexual estereotipado, aumentando ainda mais os tabus que colocam o sexo como sendo uma parte "sacana", ou seja, uma parte dissociada do corpo humano, um objeto". (T.T.).

. . .E assim!. . .
o cinema brasileiro sobrevive.
Com uma programação voltada
para a pornochanchada
e com mil histórias
acontecendo por trás das telas.
São histórias absurdas
como o monopólio de
distribuição e exibição
da Empresa Arco-Íris
e o desaparecimento dos projetores da UFSC.
São essas histórias
que nunca chegam
ao conhecimento do grande público
que estas páginas de Zero pretendem revelar.

...E ASSIM!...
CURITIBA DECIDE O QUE SANTA CATARINA VÊ

Todos os cinemas de Florianópolis dependem de uma única empresa exibidora, que tem sede em Curitiba.
E é lá que se decide os filmes que vamos ver e qual o seu tempo de exibição na cidade.
Os cine clubes, uma saída para a má programação comercial, também estão sendo vítimas destas empresas monopolistas.

Quando você entra num cinema para ver um filme qualquer, talvez nem imagine que por trás das telas rolam muitas histórias. São histórias repletas de meandros que dariam bons roteiros de ficção e de mistério. Estes fatos evidentemente não são conhecidos do grande público e revelam todo um jogo de interesses existentes na circulação dos filmes.

Em Florianópolis os problemas começam com a exibição e passam necessariamente pela sua distribuição. Sabe-se que todos os cinemas que operam na Capital estão sob o controle de uma mesma empresa, a Empresa Arco Iris, com sede em Lages. A empresa pertencente a Mario Leopoldo dos Santos detém todos os cinemas da região Serrana, todo o Oeste, o Sul (menos Laguna), as principais salas de Joinville, Blumenau e Itajaí. Além de deter o monopólio das salas de exibição, a empresa controla a maior parte das ações da distribuidora — também Arco Iris, sediada em Curitiba — que opera em Santa Catarina.

Seu Osmar, gerente da Exibidora Arco Iris, reconhece que o problema das exibidoras é grave e diz que a única maneira delas sobreviverem é através de uma empresa forte que possua uma cadeia de salas. "Salas isoladas não sobrevivem por muito tempo", diz, e acrescenta um dado revelador: "50% dos cinemas do interior do estado fecharam porque não estavam estruturados em grandes cadeias ou não faziam parte de um complexo maior que incluía um sistema de distribuição".

CURITIBA DECIDE O QUE VOCÊ VÊ

Apesar da exibidora e distribuidora pertencerem a um mesmo grupo, o público florianopolitano e mesmo os gerentes dos cinemas da capital não podem interferir na escolha dos filmes. Por incrível que pareça, a programação de Florianópolis vem pronta de Curitiba. "Nós recebemos mensalmente a programação para todos os cinemas da capital", diz seu Osmar. E continua: "inclusive com data e duração prevista para a permanência em cartaz de cada filme". Se você deixou um determinado filme para assistir mais tarde, esperando que permanecesse em cartaz, saiba que não poderá vê-lo se Curitiba não o desejar. "O que se faz aqui, conta seu Osmar, é apenas a divulgação da programação, seja através da imprensa, seja colando os cartazes nas portas dos cinemas e exibindo os filmes".

BOICOTE AOS CINECLUBES

Porém, nem só de cinemas comerciais vive nosso mercado. Os cines clubes que se firmaram nos últimos anos criaram um mercado paralelo ao circuito comercial, trazendo filmes que não interessam a este circuito. O relacionamento entre eles, por isso mesmo, não é dos melhores. Os problemas começam quando a Embrafilme, sob pressão da distribuidora que opera em Santa Catarina, não aluga mais filmes nacionais aos cineclubes. Gilberto Gerlach, diretor do CineClube Nossa Senhora do Desterro, conta o drama: "Nós gostaríamos de abrir um espaço maior para o Cinema Brasileiro, mas não conseguimos. Recebemos da filial da Embrafilme de Curitiba um comunicado de que não poderíamos exibir filmes nacionais inéditos, sem aprovação das exibidoras locais". Ele dá um exemplo: "No primeiro semestre de 1982 exibimos "Cabaré Mi[illegible]ro" e deu o maior rolo com a cadeira [illegible]idora local porque este filme era inédito [illegible] aqui". Yan Carreirão, do já extinto Cin[illegible] no seu caso houve boicote [illegible] distribuidores através de pr[illegible] deia local exercia sobre elas. [illegible] filme como as demais distri[illegible] gavam filmes mediante ap[illegible] presa Arco Iris", disse Yan. [illegible] enfretam ainda outros probl[illegible] tação de filmes de arte é p[illegible] possível devido a medidas re[illegible] brafilme, que pretende com[illegible] cinema brasileiro. Gilberto G[illegible] essas medidas em nada pro[illegible] nacional, mas sim certos g[illegible] Embrafilme. "Estas medid[illegible] impedem o público brasilei[illegible] que se produz em países de[illegible] dução cinematográfica".

Mas a briga não é apenas e[illegible] res e exibidoras. As distri[illegible] entre si lutas ferrenhas. Lig[illegible] produtoras multinacionais, [illegible] mercado com unhas e dente[illegible]

Os florianopolitanos só vi[illegible] Lago Dourado em novem[illegible] quanto no País inteiro o filme[illegible] desde o início do ano. O at[illegible] em Florianópolis não se d[illegible] datas ou algo parecido. O q[illegible] que a empresa que o come[illegible] Filme, reteve a fita com o ob[illegible] rar a sua sala de exibição, n[illegible] ter Itaguaçu. O fato irritou[illegible] Arco Iris. Segundo ele, "[illegible] aluguel do filme foi encam[illegible] vezes, mas nunca chegar[illegible] nosso pedido". (Texto de [illegible]

...E assim!... Sumiram os projetores

O Cine Clube Trindade encerrou suas atividades em agosto do ano passado, depois de dois anos de funcionamento. Problemas financeiros como o aluguel da sala e falta de equipamentos foram responsáveis pela paralização das atividades, segundo pessoas ligadas ao projeto. Num primeiro momento parece um fato rotineiro e que tem sido responsável pelo fechamento de vários cinemas em todo o Brasil. Mas o quadro começa a mudar quando se sabe que a Universidade Federal de Santa Catarina possuía ate 1978 dois projetores de 35mm identificados como Sono Dresden D 30021, ano 64, de fabricação alemã. Estes projetores estão operando atualmente no Theatro Adolpho de Mello,

e, pessoas ligadas ao Cine Clube e à própria administração, revelam que com estes projetores operando no Campus, os problemas do Cine Clube estariam resolvidos.

A história destes projetores é confusa e complicada. O que se sabe é que eles vieram da Alemanha Oriental. Como vieram, não se sabe muito bem. Alguns depoimentos revelam que foram doados. Um funcionário do almoxarifado disse que não sabe se foram comprados ou trocados por café. O que se sabe com certeza, porém, é que nessa remessa vieram também 12 projetores de 16mm e 6 filmadoras também de 16mm.

Apesar deste material ter permanecido no almoxarifado, o acesso a ele sempre foi difícil e problemático. Gilberto Gerlach que na época estava à frente do Cine Clube que funcionava dentro da Universidade, diz que "nunca foi permitido acesso aos projetores de 35mm e ao resto do material.

"Somente com muita burocracia". O que se sabe é que estes projetores deveriam ser instalados no Auditório da Reitoria, devido a um erro no projeto de construção, a cabine ficou menor e o equipamento não coube na sala de projeção.

"OBSOLETOS"

Como os projetores estive[illegible] sem uso, inclusive nunca chegaram a s[illegible] ntados e tombados, eles entraram num[illegible] ção que todos os anos é feita com o m[illegible] al considerado obsoleto. Formou-s[illegible] ão, uma comissão que optou pela s[illegible] lienação. Um edital de concorrência públic[illegible] 04 de s.-tembro de 1978, colocava à [illegible] os dois projetores. A venda se efetiv[illegible] ais tarde com a compra feita por Ma[illegible] parecida Barbosa pela quantia de Cr$ [illegible]98.00.

Algumas pessoas ligadas [illegible] dministração alegam que a venda se deu porque não se tinha atividade de Cine Clube na época no Campus. Já pessoas ligadas às atividades cineclubistas dentro do Campus acham que a coisa não é bem assim. O que se comprovou sempre foi desleixo e falta de interesse. Segundo Gilberto Gerlach que acompanhou toda a transação, "nunca se levou a sério as atividades de cinema dentro da Universidade". (E.A.)

gumas cidades do interior do Estado estão se mobilizando e criando associações independentes. Essas associações têm como objetivo congregar a categoria em torno de questões comuns e tentar resolver problemas que seriam de competência do Sindicato.

O **Clube de Imprensa**, de Chapecó, foi criado pelos jornalistas da cidade, no dia 24 de maio de 1980. Seu atual presidente é Marcos Bedim, jornalista da sucursal do jornal "O ESTADO". O clube surgiu após uma série de reuniões entre os profissionais de comunicação da cidade, onde, entre outros assuntos, discutiram a atuação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina entre os associados e sua real contribuição na solução de questões que dizem respeito à classe. Os profissionais concluíram que o sindicato é "inoperante e incapaz de encabeçar qualquer movimento em benefício dos associados". Por isso, criaram o seu Clube de Imprensa. A associação tem como objetivo inicial reunir a classe com atrações recreativas. Pouco a pouco, as outras atividades terão espaço, como promoções educativas, culturais, além do aprofundamento das discussões que dizem respeito a situação dos jornalistas da cidade, disse Bedim.

DISCRIMINAÇÃO

A Cidade de Chapecó, que conta hoje com cerca de 100 pessoas trabalhando em Assessorias de Imprensa, jornal, rádio e televisão, possui apenas dez pessoas registradas como jornalistas profissionais. Para resolver esse problema, a diretoria do clube tem mantido contato com o Sindicato dos Jornalistas e solicitado providências. Contudo, até agora o Sindicato não tomou nenhuma providência. São repórteres, locutores e redatores que trabalham há mais de cinco anos, em alguns casos, e nem sequer registro de provisionados possuem. Para Bedim, isso ocorre porque o Sindicato dos Jornalistas vive em função dos profissionais da Capital ignorando os jornalistas do interior, que não são reconhecidos como profissionais. Na verdade, até os salários dos jornalistas que trabalham em Florianópolis são diferentes daqueles do interior. "Essa discriminação — continua Bedim — o Sindicato não vê, apesar de discutir o assunto bastante nos congressos." A saída para, os jornalisas do interior são as Associações Independentes nas suas cidades. Assim, conseguem se manter unidos, o que vai possibilitar reivindicar de maneira mais coesa junto ao sindicato e as empresas.

Também na Cidade de Joinville os profissionais de comunicação se reuniram e criaram o seu clube de imprensa. Apesar das dificuldades, sua meta maior é conseguir registro de provisionados para as pessoas que trabalham no ramo e que ainda não são registradas. Dos 50 profissionais que atuam em Joinville, apenas 5 são profissionais e passaram por escola de comunicação. O presidente do Clube de Imprensa de Joinville é o jornalista Luiz Veríssimo, da Sucursal do Jornal O ESTADO. O Clube de Imprensa surgiu nesse ano. Mas a idéia já existe há dez. (José Antônio de Souza)

NOTA OFICIAL

ESTUDANTES TOMAM POSIÇÃO

A situação do profissional de jornalismo, sabemos, é bastante difícil. A necessidade de mobilização da categoria para defender seus direitos profissionais e garantir a melhoria de suas condições de trabalho é urgente. Com um Sindicato inoperante e atrelado aos interesses dos patrões a desemobilização é total e a ação Sindical muito distante das necessidades dos jornalistas categoria trabalhadora explorada e oprimida.

Estudantes e professores do Curso de Jornalismo têm constantemente reafirmado, a posição de reconhecimento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina como órgão legítimo de representação política da categoria com a finalidade de preservar os direitos de todos os profissionais que atuam no Estado. Estão também empenhados em assumir definitivamente a luta sindical reconstituindo a representatividade, e a valorização da categoria.

Uma visão distorcida do Curso de Jornalismo tem sido difundida para os jornalistas de todo o Estado. Deixamos, portanto, bem clara nossa posição. A ação de estudantes e professores do Curso tem se pautado: 1.º — no esforço de formar comunicadores sociais competentes; 2.º — No empenho em contribuir para que os profissionais que trabalham no Estado, mesmo fora da Universidade, tenham acesso a conhecimento técnico especializado e atualizado; 3.º — Na preocupação de todos nós, quanto a assegurar os direitos dos jornalistas que atualmente exercem a profissão em Santa Catarina; 4.º — Por romper com a ordem estabelecida no jornalismo catarinense visto que ela objetiva essencialmente reproduzir as relações de exploração e dominação existentes.

Tentativas têm sido feitas de nossa parte, no sentido de propiciar uma maior articulação entre o Curso de Comunicação Social e o Sindicato dos Jornalistas buscando uma atuação conjunta em defesa e promoção do jornalista em Santa Catarina. Uma iniciativa bastante concreta, neste sentido, foi a realização, em fins de outubro de 81, do **"Encontro do Jornalista Catarinense"**, promovido pelo Centro Acadêmico de Jornalismo da UFSC. Naquela oportunidade, quando juntamente com diversos companheiros de todo o Estado discutimos a situação do jornalista e do jornalismo em Santa Catarina, várias propostas foram formuladas visando avançar na organização sindical. Estivemos diretamente envolvidos no encaminhamento destas propostas. Infelizmente não conseguimos desenvolver um trabalho mais objetivo devido à barreira desmobilizadora em que se constitui o Sindicato, atualmente. A diretoria chegou ao cúmulo de negar autorização para que os jornalistas se reunissem na sede do Sindicato.

Isto não enfraqueceu nossa disposição da luta. Muito pelo contrário, realimentou-a. Por isso, conclamamos uma vez mais os jornalistas, professores e estudantes de Comunicação Social a se unirem para tirar a entidade sindical da inércia e do imobilismo, construir uma entidade atuante, combativa, realmente representativa dos interesses da categoria. Uma entidade suficientemente forte para avançar na luta pela melhoria de nossas condições de trabalho e direitos profissionais, pela liberdade de expressão, pela democratização dos meios de comunicação e da informação. E para contribuir, enfim, na luta pela democratização da sociedade brasileira.

Centro Acadêmico de Jornalismo

ENSINO

UFSC PESQUISA 1o. E 2o. GRAUS

MUITOS projetos estão sendo elaborados na Universidade, na tentativa de encontrar uma solução para a atual crise do ensino brasileiro, especialmente no I e II graus. Os projetos têm como objetivo central levar o aluno à sua comunidade, integrando-o em seu meio. Buscam, também, um estudo mais profundo no campo ainda vazio da pesquisa sobre o ensino nas escolas, a fim de encontrar soluções para a situação crítica que a Lei 5692 trouxe.

A Reforma de Ensino, através da Lei 5692 que existe há mais de 10 anos, estabelece a criação de cursos profissionalizantes em substituição ao antigo Colegial e Magistério. Segundo Valmor de Souza, professor do Departamento de Química da UFSC, a Lei seria perfeita se os Colégios tivessem recebido toda a infra-estrutura necessária para a implantação e execução dos novos cursos. Acrescenta que poderia suprir a falta de mão-de-obra técnica que muitas regiões têm. Contudo, as necessidades das regiões nem sempre foram os principais motivos para a sua implantação. Os interesses políticos e particulares foram mais fortes.

Outro ponto importante foi que não houve uma capacitação dos professores para os novos rumos que a Reforma estava dando no I e II graus.

E partindo dessa crise que os projetos pretendem não só a melhoria do ensino mas, também, encontrar novas formas de como ensinar e de tornar acessível o estudo a cada aluno, familiarizando-o com o assunto estudado, através da utilização de material conhecido do aluno.

CURSO MENOS DEFICIENTE

Entre os diversos projetos que a UFSC está realizando, há os do Departamento de Ciências Físicas e Matemáticas que já estão em prática. Não procuram a reestruturação total e imediata mas uma mudança gradual no ensino para que ele atende melhor à comunidade.

O primeiro recebe o nome de Professor Anibal Nunes Pires e será realizado no Colégio do mesmo nome que fica no Estreito. Será realizado em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura e a Universidade que entrou a pedido do próprio Colegio.

Seu principal objetivo é estruturá-lo, aparelhando-o a fim de que os alunos possam ter um curso menos deficiente. Partindo do Colégio Anibal Nunes Pires, os professores pretendem fazer um estudo sobre a atual-situação das Escolas Estaduais e tentar aplicá-lo nas demais Estacolas. Além de alguns professores de Química da UFSC, o projeto conta ainda com a participação do responsável pelo curso no Colégio, de uma supervisora e uma orientadora educacional e de dois monitores e um técnico.

O seu desenvolvimento será em duas etapas. A primeira iniciou-se em Agosto de 82 e foi até Dezembro. A segunda iniciará em Março de 83 e terminará em Dezembro do mesmo ano. O orçamento na primeira etapa está previsto em Cr$ 1.300.000,00 e para a segunda etapa 83/1, prevê-se que o custo atingirá ototal de Cr$ 6.227.000,00. O treinamento dos professores será realizado nos laboratórios da UFSC.

O segundo projeto é financiado pelo Ministério da Educação e Cultura e busca novos metodos de ensino, mais acessíveis aos professores e aos alunos numa tentativa de suprir as deficiências que os Colégios têm, principalmente quanto a laboratórios.

UM TRABALHO EM SÃO JOSÉ

Atualmente é comum verificar que inúmeros professores não conseguem dar suas aulas por causa das próprias limitações de cada um e do colégio. Daí aparece a necessidade de se encontrar novos métodos de aprendizagem que estejam ligados diretamente com os professores e os alunos.

Este projeto não propõe nenhum objetivo específico pois ele aparecerá à medida que os contatos com a Escola, os professores e a comunidade sejam mais intensos. Tentará encontrar respostas para as seguintes perguntas: o que é aluno que sai da 4.ª série; o que é o aluno que termina a 8.ª série; o que é o aluno que termina o II Grau: e, o que a sociedade espera desse aluno após a conclusão.

O terceiro projeto que ainda não foi colocado em prática, seria a complementação do segundo, pois além de levantar os problemas no II Grau, quer encontrar soluções para melhorá-lo. A execução está prevista para no mínimo de 4 anos a 11 anos.

A nível de I Grau, a Universidade, através do Departamento de Letras, realizou um trabalho no Município de São José visando, dar ao professor um conteúdo pedagógico, aprimorando o seu conhecimento. Este projeto surgiu porque ficou constatado que muitos professores eram incapazes de dar aula de Português pois não tinham conhecimento do assunto.

O projeto contou com a participação de bolsistas da Universidade, alunos de II Grau e algumas pessoas da comunidade. Eles substituiram os professores enquanto estes faziam o aprimoramento de seus conhecimentos aprendendo novas metodologias de trabalho.

O aprimoramento começou em Julho e terminou em Dezembro.

A habilitação dos professores que fizeram o curso é muito variada. Há 6 que possuem apenas o I Grau completo, 127 que têm o Magistério e 3 que são formados em outros cursos profissionlizantes. Nove professores concluíram o curso de Letras e um o tem incompleto. Além desses, mais 11 fazem Faculdade, nos cursos de Ciências, Estudos Sociais, História, Pedagogia e Educação Física.

A habilitação dos bolsistas também é muito variada, a grande maioria possui apenas o II Grau e poucos estão cursando a Faculdade. Só dois são formados (1 em Letras e outro em Pedagogia).

Estes são alguns dos projetos que tentam melhorar o ensino pois cada vez mais notamos o retrocesso dos alunos, a incapacidade dos professores e um grande vazio entre a comunidade e a Escola. (Maria Fernanda Martins).

ECOLOGIA

A MORTE DOS MANGUES

A conseqüência lógica de uma situação causada pela omissão do governo, pela falta de consciência ecológica da população e pela debilidade dos órgãos ficalizadores como a FATMA e o IBDF.

TRINTA e uma espécies de peixes e seis de crustáceos têm sua sobrevivência diretamente ligada à sobrevivência dos mangues. Esses imensos espaços de lodo salgado, que somam aproximadamente 23 mil quilômetros quadrados na grande Florianópolis garantem a reprodução de um volume incalculável de alimentos, pois é nesse "habitat" que peixes e camarões encontram abrigo. Os mangues contribuem, além disso, na defesa contra a erosão, servindo de zonas de combate à ação do vento.

São estes mangues que hoje constituem um patrimônio seriamente ameaçado, já que as leis são comumente transgredidas. O Código Florestal, artigo 2, assinala claramente: "Consideram-se de preservação permanente, pelo são efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de outro qualquer curso de água, em faixa marginal cuja largura mínima será de cinco metros para rios de menos de dez metros de largura".

O mangue do Itacorubi, por exemplo, está sendo devastado com a implantação do aterro sanitário, que apesar do nome, não passa de um simples depósito de lixo, acumulando mais de 150 toneladas de dejetos por dia numa área de 400 mil m2.

A solução mais adequada para este problema, não só nas grandes cidades, mas também aqui na Ilha, seria a indústrialização do lixo, reciclando os metais, vidros, plásticos e transformando o restante em gás e adubo orgânico.

A AMEAÇA DO LIXO

Segundo a professora Clarice Pannitz, esse mangue está sob a tutela da UFSC e a área do aterro sanitário foi resultado de uma "barganha" feita entre o ex-reitor Caspar Stemmer e a prefeitura, envolvendo a troca de um terreno não determinado.

"Se a UFSC não assumir a proteção deste mangue, ele será destruído. Isto se deve à total omissão dos órgãos competentes", afirma Clarice.

A AMAI — Associação dos Moradores do Itacorubi — também está seriamente preocupada com o lixo e somente a mobilização dos moradores levou o poder público a buscar outras alternativas. No bairro, todos reivindicam que o aterro sanitário seja transferido. Triste solução: a prefeitura respondeu ao moradores com a desapropriação da Escola Básica Leonor de Barros, mudando para lá o depósito de lixo.

O problema, porém, continua: este local havia sido previamente escolhido para a construção de um Centro Vivencial para Idosos. Com permissão dada pela prefeitura, a ameaça e a preocupação continuam presentes entre os moradores que declaram que mesmo com a boa vontade demonstrada pelo poder público, o Itacorubi continuará a não dormir tranqüilo até que este aterro seja transferido.

Como se não bastasse o aterro sanitário, o Centro de Ciências Agrárias da UFSC tem nesse mangue uma seção de piscicultura — criação de tainhas e camarões — formada por 32 tanques. Com a construção dessa estação, outra grande parte do mangue foi destruída, mas o Centro se redimiu e agora procura explorá-lo de forma diferente, escavando os poços na própria terra. Este processo, além de não mexer com o mangue, permite estudar o seu potencial.

INVASÕES E CONTAMINAÇÃO

A situação do mangue do Rio Tavares não é diferente, visto que é preservado somente na região da Base Aérea. Próximo ao aeroporto está localizado o Jardim Califórnia, cujos terrenos se encontram parcialmente sobre a área que deveria ser preservada. O projeto inicial desse loteamento foi aprovado antes do convênio de fiscalização FATMA/IBDF. Este dado, porem, não justifica o fato, pois o Código Florestal é vigente desde 15 de outubro de 1965 e prevê no artigo 26 contravenções penais para estes casos.

Este não é um fato isolado, já que a cada dia surgem sobre os mangues novos barracos construídos em mutirão durante a madrugada. Os necessitados se utilizam do sistema de mutirões para apressar a construção das moradias. Depois de instalados, mesmo que precariamente, não podem ser expulsos. Isso porque o SPU — Serviço de Patrimônio da União — concede a posse do terreno desde que sobre ele haja um teto. Qualquer processo de expulsão levaria de 20 a 30 anos por causa dos entraves burocráticos.

E tem mais: perto dos mangues são instaladas latrinas, chiqueiros e depósitos e não há manifestação do Centro de Saúde Pública no combate às doenças como tifo, hepatite infecciosa e micoses. Estas doenças são conseqüência dos poluentes com efeito cumulativo, como é o caso dos metais, principalmente o mercúrio. Os crustáceos existentes no mangue absorvem esses poluentes levando perigo aos consumidores.

No Rio Cubatão, em Palhoça, a madeira do mangue é usada como matéria prima para a combustão nas fábricas de cerâmica.

APENAS SEIS FISCAIS

Há três anos o IBDF delega competência à FATMA, repassando dinheiro para que fiscalize os mangues em todas as regiões do Estado, desde Sombrio até São Francisco do Sul.

Segundo Selma Mattos Diniz — responsável pela sub-unidade de estudos de novas áreas — a FATMA possui apenas seis fiscais para todo o Estado e só agem mediante denúncias. Ao recebê-las, envia fiscais que fazem a autuação. Os fiscais deveriam agir da seguinte maneira: autuar, embargar, apreender e notificar terceiros. Quanto à fiscalização penal, entram com uma contravenção na Justiça Federal. Mas isso, na prática, não é o que se verifica, já que na maioria das vezes são órgãos públicos os responsáveis pela desvastação das maiores áreas de mangue. Assim sendo, o poder do órgão responsável pela autuação se anula.

Diante desse quadro nada animador, só resta um caminho: a comunidade unida sensibilizar as autoridades, já que os órgãos competentes não tomam nenhuma atitude decisiva. A população deve se encarregar da proteção dos mangues, pois os ecossistemas vulneráveis são sucetíveis de desaparecer em conseqüência do tratamento inadequado. (Texto de Luciene Cruz e Tani Prellvitz, Fotos de Artur Prellvitz e Luciene Cruz).